CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº : 0610/91
INTERESSADA : ROSANA MARIA FERREIRA CARDOSO PINTO
ASSUNTO : Recurso - 2º série do 2º Grau -
Esc.Tec.Est."Pres. Vargas" / Mogi das Cruzes
RELATORA : CONSª MARIA CIARA PAES TOBO
PARECER CEE Nº1208/91 Aprovado: 31/07/1991.

Conselho Pleno

1 - HISTÓRICO:

1.1 Rosana Maria Ferreira Cardoso Pinto, cursou em 1990, a 2º série do Curso de Edificações da Escola técnica Estadual "Presidente Vargas", de Mogi das Cruzes, obtendo no componente língua Portuguesa e literatura, os resultados seguintes:

1º Bim.	2º Bim.	3º Bim.	4º Bim.	Conceito Final
D	D	C	B	D

1.2 Com esse resultado, a aluna foi considerada retida, conforme o Regimento da Escola.

1.3 Discordando desse resultado a interessada entrou com recurso junto à escola em 02/1/91, sendo o mesmo indeferido por estar fora de prazo.

1.4 Em 14/1/91, a aluna dá entrada na Delegacia de Ensino de Mogi das Cruzes, ao pedido de reconsideração de avaliação final, dirigido ao CEE, que também foi indeferido por não atender os prazos estabelecidos na Res. SE. 235/87.

1.5 Apesar do indeferimento por extemporaneidade a DE, através da Supervisão de ensino procedeu a análise de mérito do caso, uma vez que o prazo legal expirou no período das festividades de final de ano, constando o que segue:

- os fatos apontados pela requerente (fls.02), quanto ao horário de recuperação, foram esclarecidos pelo Sr. Diretor da Escola (fls. 259/260), dando-nos subsídios para concluirmos ser improcedente. O mesmo ocorre em relação ao conteúdo trabalhado (fls. 02), conforme manifestação do professor Marco Antonio Costa (fls. 258);

- verifica-se pela ficha individual (fls. 220) que a aluna ficou em recuperação em duas (02) disciplinas: língua Portuguesa e literatura e Matemática, sendo retida na primeira (1º) delas, causando-lhe a retenção na série em curso;

- às fls. 221 e 222, temos a Ata de Conselho de Classe Final, realizada em 30/11/90, que retrata o parecer do mesmo, decidindo pela sua recuperação. Às fls. 223, encontra-se a Ata de Conselho de Classe Final, realizado em 21/12/90, onde o parecer do Conselho é pela retenção da aluna. Observa-se que as atas são bastante sintéticas, não havendo qualquer consideração acerca do aproveitamento escolar nem tampouco as causas de sua retenção."

Continuando o estudo do caso da aluna em pauta a comissão acrescenta:

"Em Língua Portuguesa e literatura, disciplina que motivou sua retenção na 1ª série do 2º grau, do Curso de Edificações, a aluna obteve os seguintes conceitos: 1º bimestre "D", 2º bimestre "D", 3º bim. "C", 4º bimestre "B" , conceito do professor "D" e Recuperação "D".

De acordo com o Anexo Regimental (fls. 29) em seu Capítulo VI - Da Verificação do Regimento Escolar, artigo 12 (sínteses bimestrais), temos a seguinte situação:

- 1º Bimestre : "D",

- 2º Bimestre : "D" - o aluno atingiu parte dos objetivos essenciais,

- 3º Bimestre : "C" - o aluno atingiu os objetivos essenciais,

4º Bimestre : "B" - o aluno atingiu todos os objetivos, segundo a informação do Professor Marco Antonio Costa (fls. 258); percebemos que houve a garantia de continuidade no conteúdo programático desenvolvido durante o ano no componente curricular Língua Portuguesa e literatura.

Detectado isto, parece-nos ter havido um equívoco por parte do professor ao emitir o conceito "D" que expressa "...seu julgamento final sobre a condição do aluno prosseguir estudos na série

subsequente... "(artigo 14 do Anexo Regimental - fls.30). Entendo como discrepante tal conceito, tendo em vista que nos termos do artigo 12 do Anexo Regimental, as menções atribuídas bimestralmente demonstram que: em nenhum momento a aluna deixou de atingir objetivos mesmo em parte deles; houve um crescimento gradativo de superação das dificuldades.

E a equipe de supervisão conclui: "apesar da Unidade Escolar ter seguido fielmente a Res. SE. nº 235/87, quanto aos prazos para recurso, não houve cumprimento do disposto no Anexo Regimental quanto à verificação do rendimento escolar da aluna em questão.

Diante do exposto, somos pela promoção da aluna Rosana Maria Ferreira Cardoso Pinto, em caráter excepcional, na 1ª série do 2º grau, em 1990, da Escola Técnica Estadual "Presidente Vargas".

1.6 A Divisão Regional de Ensino -5 leste, por onde o processo também tramitou se pronuncia favoravelmente à promoção da aluna como segue:

"Conforme a ficha do rendimento (fls. 220), podemos verificar que se trata de aluna de bom aproveitamento e na disciplina, o bjeito da retenção da referida aluna na 2ª série, é visível a sua recuperação durante o ano letivo, pois obteve os conceitos DD CB, respectivamente nos 1º, 2º, 3º e 4º bimestres, comprovando um crescente aproveitamento, o que foi totalmente desconsiderado pelo professor ao atribuir-lhe o conceito final "D".

O Conselho de Classe (fls. 221) deu parecer no sentido de que a aluna deveria ser submetida ao processo de estudos de recuperação, sem análise detalhada documentada, com relação ao seu aproveitamento do ano letivo ou em relação à necessidade de aprofundamento de algum aspecto de seu aprendizado.

O segundo Conselho, realizado em 21 de dezembro de 1990, também desconsiderou o aproveitamento da aluna, bem como os resultados da avaliação obtidos na recuperação, "C" em literatura e "D" nos aspectos gramaticais da língua Portuguesa, conforme consta no requerimento da aluna, considerando-a retida, ratificando o conceito do professor.

Pelos resultados obtidos pela aluna e à vista do conceito final emitido pelo professor, verificamos que houve predominância dos aspectos quantitativos, em detrimento dos aspectos qualitativos, contrariando o que estabelece o artigo 14 da L.F. 5692/71:

"Na avaliação, a ser expressa em notas ou menções, preponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso seja esta exigida".

Continuando, referi a decisão Parecer CEE 1660/87, assim discorre:

"Solicita-se ao Conselho de Classe que analise a situação global do aluno e reflita a respeito da adequação de retenção de alunos em uma disciplina em face de bons resultados obtidos por eles na série".

Conclui, posicionando-se pela aprovação da aluna na 2ª série do 2º grau no Curso de Edificações, em face da incoerência e discrepância visualizada no processo avaliatório mediante as orientações emendas deste Conselho.

1.7 Tramitando pela COGSP, esta propõe o encaminhamento dos autos a este Conselho, o que ocorreu, via Gabinete do Sr. Secretário da Educação.

2 - APRECIACÃO:

2.1 Analisando-se os autos, verifica-se, através dos documentos neles contidos, o que segue:

- a retenção da aluna na 2ª série do 2º grau, Curso Edificações da Escola Técnica Estadual "Presidente Vargas", de Mogi das Cruzes, considerando o conceito final obtido pela interessada e os prazos estabelecidos pela Res. SE 235/87, está correta;

- analisando-se o caso da aluna, entretanto quanto ao mérito, com base nos autos e nas informações da supervisão de ensino pode-se chegar à conclusão oposta, ou seja pela promoção da aluna;

- a partir do quadro de fls. 246, pode-se constatar que do total de 59 conceitos anuais a aluna obteve, em 1990:

cinco (5) conceitos "A"

vinte e quatro (24) conceitos "B"

dezessete (17) conceitos "C"

treze (13) conceitos "D"

-isto significa em percentuais: 78% de conceitos satisfatórios e 22% de conceitos insatisfatórios, nas onze (11) disciplinas ministradas no curso;

- o percentual de frequência da aluna, no ano de 1990 é alto, ou seja, é acima de 80% em todos os componentes;

- a aluna obteve nos 1º, 2º, 3º e 4º bimestres os conceitos "D" (6), "D", "C" e "B", respectivamente no componente Língua Portuguesa e Literatura, evidenciando crescimento de aproveitamento escolar. Por isso acredito ser pertinente a observação da equipe de supervisão de ensino de que parece ter havido um equívoco por parte do professor ao emitir o Conceito "D" final.

2.2 Há que se lamentar que a Delegacia de Ensino de Mogi das Cruzes não tenha decidido o recurso, uma vez que a própria Res. SE 235/87 atribui às Delegacias de Ensino tal competência.

2.3 Entendo que se deva dar provimento ao recurso da aluna, pelas razões expostas, orientando a escola para que a aluna participe de um programa especial de estudos, visando suprir a defasagem de aprendizagem do primeiro semestre de 1991.

3 - CONCLUSÃO:

3.1 Defere-se o recurso interposto por Rosana Maria Ferreira Pinto, considerando-a promovida para a 3ª série do 2º grau-Habilitação Profissional em Edificações, no ano letivo de 1990, na Escola Técnica Industrial "Presidente Vargas", DE de Mogi das Cruzes, DRE-5-leste.

3.2 Deve a escola submeter a aluna a programa especial de estudos, para superar a defasagem de aprendizagem do 1º semestre letivo de 1991, computando-se a frequência, para fins de assiduidade da série efetivamente cursada no primeiro semestre de 1991.

São Paulo, CESG, aos 17 de julho de 1991.

a) CONSª MARIA CLARA PAES TOBO
Relatora

4 - DECISÃO DA CÂMARA:

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota,co-mo seu Parecer.o VOTO do Relator.

Presentes os Conselheiros: Eduardo Storópoli, Francisco Aparecido Cordão, luiz Roberto da Silveira Castro, Mário Ney Ribeiro Daher e Nacim Walter Chieco.

Sala das Sessões, aos 31 de julho de 1991.

a) CONSº LUIZ ROBERTO DA SILVEIRA CASTRO
VICE-PRESIDENTE No exercício da Presidência

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 31 de julho de 1991.

a) Consº João Gualberto de Carvalho Meneses
Presidente